

**HABITANDO MULTIDÕES POR UMA POLÍTICA DO SER: CONCEITOS A PARTIR DE *A MULHER HABITADA*, DE GIOCONDA BELLI E *CARNES TOLENDAS*, DE MARÍA PALACIOS**

Felipe Vieira Valentim\*

**Resumo:** o presente trabalho se propõe a extrair uma leitura do conceito de multidão, mencionado por Beatriz Preciado (2011) no trabalho *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*, na obra *A mulher habitada* (2000), de Gioconda Belli e no espetáculo teatral *Carnes Tolendas* (2009), da diretora María Palacios. Nessa investigação, são abordados conceitos sobre o processo de subjetivação do corpo apresentados por Judith Butler (2002), Berenice Bento (2011), Tina Chanter (2011) e Beatriz Preciado (2011), em articulação com pautas feministas defendidas por Susana Borneo Funck (2011), María Luisa Femenías (2013) e Jorgelina Corbatta (2002). Através de uma revisão bibliográfica, pretende-se promover um intercâmbio conceitual que permita ler o corpo e o emporadamento da voz nas artes que evocam as vozes das multidões, tendo-se como ponto de chegada a noção de corpo habitado.

**Palavras-Chave:** corpo; pós-feminismo; travesti.

**INHABITED MULTITUDES: ARGUMENTS FOR A POLICY OF BEING. CONCEPTS FROM *LA MUJER HABITADA*, BY GIOCONDA BELLI AND *CARNES TOLENDAS*, BY MARÍA PALACIOS**

**Abstract:** this paper aims to extract a reading of the concept of multitude, mentioned by Beatriz Preciado (2011) in *Multitudes queer: Notes for a policy of "abnormality"*. So, we have as analytical basis the novel *La mujer habitada* (2000), by Gioconda Belli and the play *Carnes Tolendas* (2009), by María Palacios. Concepts concerning subjective body construction are discussed here, as well as the arguments presented by Judith Butler (2002), Berenice Bento (2011), Tina Chanter (2011) and Beatriz Preciado (2011), in conjunction with feminist agenda presented by Susana Borneo Funck (2011), María Luisa Femenías (2013) and Jorgelina Corbatta (2002). Through a literature review, we intend to promote a conceptual interchange that allows us to read the body and the empowerment voice in the arts that evoke the crowd's voices, presenting the notion of inhabited body.

**Keywords:** body; post-feminism; transvestite.

O percurso que se inicia aqui toma por base a noção de habitação. Consideramos que habitar um corpo é dar voz às muitas vozes nele presentes, tendo-se em vista que um sujeito é o produto das múltiplas narrativas que o compõem. Um corpo social entoa

---

\* Aluno do Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

muitas vozes, vozes de uma experiência vivida, vozes de gerações revisitadas, vozes de uma historiografia ignorada.

Desta forma, a mulher latina é retomada, neste trabalho, enquanto mestiça, enquanto mulher, enquanto ser em constante processo de significação. Reconhecer a multidão que habita um corpo marcado consiste na politização dessa pluralidade a qual reitera as diversas formas de ser e as diversas formas de se marcar o que pode vir a ser essa pluralização, esse corpo habitado.

Para tanto, é proposta uma leitura do romance *A mulher habitada*, da escritora nicaraguense Gioconda Belli (2000), e uma análise da peça *Carnes Tolendas*, da argentina María Palacios (2009), na tentativa de investigar como o discurso do múltiplo é apreendido no processo de ficção e como essa ficção opera como produto discursivo-político de determinada autoria.

Sendo assim, o vocábulo feminino em justaposição aos vocábulos escrita, literatura e autoria é problematizado enquanto marca de uma diferenciação, evidenciando o tom político desse projeto acadêmico que categoriza, esquecendo-se, por vezes, a multidão escondida por essa marca. O trajeto se inicia com as investigações sobre o ser mulher, levantadas por Susana Bornéo Funck (2011), passando pela política da diferença, analisada por Berenice Bento (2011), retomando as considerações sobre o gênero, feitas por Tina Chanter (2011), assim como as teorias levantas pelo filósofo espanhol Beatriz Preciado<sup>1</sup> (2011) e as leituras do corpo propostas por Judith Butler (2002). Numa tentativa de aproximação, recorre-se ao contexto feminista latino-americano trabalhado por María Luisa Femenías (2013) e Jorgelina Corbatta (2002).

É muito comum notar que, com bastante frequência, tem se propagado termos como: escrita feminina, literatura feminina, autoria feminina, em que o vocábulo feminino surge como marca de diferença e/ ou de categorização. Objetivando compreender o projeto político-acadêmico que vem se estabelecendo, Susana Bornéo Funck (2011) tenta rascunhar o ser mulher como resposta para a pergunta – não original, como a própria aponta – que intitula o artigo: “O que é uma mulher?”.

---

<sup>1</sup> Paul Beatriz Preciado tem um papel político muito forte na abordagem dos gêneros. Sua vivência é um grande exemplo para leitura da multiplicidade do ser. Ele (a) não se identifica com os gêneros impostos socialmente, isso faz parte de seu projeto político, do seu projeto de vida. Através da recusa dos rótulos masculino / feminino, ele (a) propõe a resignificação dos corpos. Seu trabalho retoma a leitura de muitos teóricos, confrontando-os, problematizando-os, retomando ideias e expandindo-as. Dentre os teóricos revisitados por ele (a), pode-se destacar Judith Butler. Um paralelo entre os dois nos exigiria um espaço maior, portanto o encontro dos dois neste trabalho não será firmado como contraponto e comparações, mas sim como complementação de conceitos levantados por ambos que são pertinentes ao trabalho.

No percurso traçado pela estudiosa, depreende-se a importância que os estudos de gênero tinham para o movimento feminista, pois, desde a consolidação de tal movimento no Brasil, permeando a década de 80 do século XX, a inserção das reflexões sobre o gênero transformou o paradigma essencialista sobre o qual se debruçava o então movimento feminista. Como bases, foram tomados os conceitos de experiência e identidade, que se apresentavam como questões imprescindíveis no contexto das teorias feministas que despontavam no âmbito da crítica literária.

Todavia, Funck (2011), já no início do trabalho supracitado, atenta para a fragilidade das bases sobre as quais se sustentaram a crítica literária feminista, abordando as reflexões de Joan Scott sobre a experiência e as críticas às políticas da identidade levantadas por Jeffrey Weeks. Respalhada por tais teóricos, a pesquisadora apresenta alguns prejuízos desencadeados por esses conceitos basilares, visto que a apresentação da experiência como argumento invalida a análise da historicidade e do funcionamento do sistema, o que possibilitaria apenas a reprodução desses processos. Também, deslocar a identidade da cultura e do discurso é extremamente prejudicial, já que “ser mulher em Nova York na década de 1970 não significa o mesmo que ser mulher no Brasil em 2011. Ser mulher negra ou da classe trabalhadora não é o mesmo do que ser uma mulher branca de classe média” (FUNCK, 2011, p. 67).

Considerando-se que a experiência tem especial importância no processo de subjetivação e no sentido de pertencimento responsável pela base da ação política, Funck (2011) reafirma o posicionamento de Scott sobre a importância de se historicizar a noção de experiência sob um viés que não abranja apenas um único indivíduo, insistindo na qualidade produtiva do discurso, pois, além de serem indissociáveis, o social e pessoal são historicamente variáveis.

Assim como também são variáveis as concepções de identidade, Funck (2011, p. 67) nos deixa a lição de que “a identidade, como a de gênero, a sexual, ou qualquer outra, é produto tanto da cultura e do discurso, quanto da natureza que nos identifica na materialidade do corpo”. Comumente, é cultural a atribuição de uma identidade consoante à materialidade que o corpo carrega, de modo que para os casos dos intersexuais, recorre-se ao procedimento cirúrgico com objetivo de adequar o indivíduo ao binarismo estabelecido socialmente. É sabido que tal imposição corresponde a uma tática de poder de maneira que as rígidas categorizações de uniformidade sejam permeadas pelo discurso religioso-cristão.

Ainda em análise, Funck (2011) nos apresenta as reflexões de Weeks sobre a política da identidade, indicando ser essa uma escolha e não um destino. O pensador coloca que as identidades são autocriações, cujas bases não são livremente escolhidas, mas historicamente colocadas. Ou seja, as formas de identificação são impostas culturalmente pelo discurso heteronormativo que, respaldado pela biologia, indica o que é um ser homem e o que é ser mulher. Aliás, outro discurso levantado por Funck (2011), o da pesquisadora Monique Wittig no texto *The Straight Mind*, revela que as noções de concepção do ser homem e do ser mulher são políticas e culturalmente operam em constante oposição.

O ser humano é um sujeito social e político, tendo o corpo como ferramenta para dar forma às relações sociais. O corpo opera como base para materialização de uma subjetividade, sendo as manifestações que o envolvem coerentes com os pilares socialmente estabelecidos pelo discurso hegemônico. Nessa perspectiva, nota-se que o corpo-mulher sempre apresentará desvantagem em relação ao corpo-homem, assim como qualquer corpo-outro transgressor a essa norma será oprimido e marginalizado.

Bento (2011, p. 80) questiona o fato de a única maneira eficaz de mudar uma determinada conjuntura, na esfera política, ser a de acionar a máquina binária: “Homem *versus* mulheres, negros *versus* brancos. Movemo-nos em dois mundos: aquele de sujeitos concretos e o da esfera política, no qual os sujeitos são ficções”. É necessário fazer uso do binarismo imposto para se propor uma política da diferença, revendo noções de identidade e de gênero?

O próprio desafio da identidade dos transgêneros, como aponta Chanter (2011, p.7), pode designar o fim do gênero como o conhecemos, pois tais identidades contestam “fórmulas femininas já testadas e confiáveis, que equiparam o gênero com a sociedade (ou cultura, ou história) e o sexo com a biologia (ou fisiologia, ou natureza)”. Sabe-se que não há uma essência interna ao gênero, tendo em vista que tal conceito abrange uma série de fatores impostos pela cultura e reiterados pela história. O ser humano é condicionado de acordo com os papéis de gêneros impostos pela socialização que o repreende, por exemplo, a mulher tem uma socialização histórico-cultural no que se refere aos papéis de gênero relacionados ao feminino.

A experiência transexual, no entanto, permite radicais revisões na concepção do termo gênero por diferentes motivos, sendo o principal a pertinente desconexão entre corpo e gênero, em especial para os casos de intersexuais “corrigidos” no nascimento que, mesmo sem ter tido conhecimento do fato, ainda se sentem desconfortáveis com o

papel de gênero que desempenham. Percebe-se, então, que há algo além do cultural permeando o que conhecemos como gênero.

Se o gênero não é meramente uma questão de condicionamento cultural, pode haver, afinal de contas, senão uma influência biológica e inata, pelo menos algo inefável em relação ao gênero. Porém, o quanto a inefabilidade do gênero pode ser atribuída a quaisquer alegações de ordem natural ou genética permanece em questão, uma vez que todos nós, sem exceção, nascemos em um mundo repleto de normas de gênero às quais constatamos estar sujeitos. Essas normas preexistem a nós, e reagimos a elas, negociando um mundo que inclui expectativas de gênero muito antes que possamos aprender a codificar essa negociação sob forma de discurso. (CHANTER, 2011, p. 10)

Nesse caso, o corpo entra em evidência, o corpo abjeto, marcado, reformulado, que veicula a fluidez do processo de subjetivação quando se trata dos papéis de gênero. Politizar a imagem de corpos-outro é necessário, ou seja, problematizar o binarismo e apontar caminhos para as várias subjetividades marginalizadas segundo os padrões heteronormativos. O filósofo Beatriz Preciado (2011) afirma que o conceito de gênero é uma noção sexopolítica, uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo:

Não é por acaso que, nos anos 1980, no debate entre feministas ‘construtivistas’ e feministas ‘essencialistas’, a noção de ‘gênero’ tornar-se-ia o instrumento teórico fundamental para conceitualizar a construção social, a fabricação histórica e cultural da diferença sexual, diante da reivindicação da ‘feminilidade’ como substrato natural, como forma de uma verdade ontológica. (2011, p.13)

Em entrevista para a edição nº 113 da revista de História da Biblioteca Nacional, Judith Butler atenta para o perigo de se autoafirmar mulher numa luta feminista, já que usar a linguagem da identidade em nome da justiça pode fazer com que o sujeito identificado por ela retorne ao lugar de opressão (DAHÁS, 2015). Para Butler, a ideia de feminismo é capaz de superar o próprio objeto, ampliando conceitos e galgando novas conquistas. A filósofa reconhece o desafio que o fenômeno transgênero representa para o feminismo, alegando que “nem todas aquelas que são mulheres nasceram dessa maneira. E aqueles que nascem em um corpo feminino, sobre o qual recai a expectativa de que vão se tornar mulheres, às vezes tornam-se homens ou trans ou vão encontrar seu próprio caminho com o gênero” (DAHÁS, 2015, p. 1). Portanto, entra em voga o pós-feminismo, apontando para os vários feminismos presentes dentro do próprio movimento de maneira a evocar o grito dos corpos que carregam uma

subjetividade inferiorizada, a qual é tida como anormal, desviante ou menor pela heteronormatividade.

É interessante notar a importância da exaltação das diferenças quando se trata de minorias. O discurso dominante atua como se houvesse um mundo construído para aquela realidade à qual é direcionado. Tamanho é o poder simbólico exercido sobre as subjetividades marginalizadas que se desencadeia em uma forma de violência simbólico-discursiva.

Para Bento (2011), a dimensão plural existente no mundo é diluída quando deslocada para a esfera da política institucional, seja em Congressos ou em Parlamentos, em que é preciso mover-se em binarismos, mesmo quando a luta envolve as minorias. A estudiosa critica a necessidade de produção dos discursos inteligíveis os quais envolvem uma concepção essencializada de identidade. Ela problematiza a ideia de se fazer política através de um essencialismo estratégico, já que isso não é produzido em via de mão única, ou seja, ao produzir o essencialismo estratégico da mulher, é necessário produzir o outro essencializado: o homem. Desta forma, percebe-se a constante retomada de um binarismo em que os pontos contrapostos se excluem mutuamente.

Para dar contorno ao projeto de poder que se desenha, Preciado (2011) recorre às análises de Maurizio Lazzarato, propondo uma distinção entre a noção foucaultiana de biopoder e potência de vida, de maneira que as subjetividades manifestadas por corpos-outro sejam compreendidas como potências políticas e não como efeitos dos discursos sobre o sexo.

No contexto do feminismo latino-americano, María Luisa Femenías (2013) atenta para o fato de se exaltar as diferenças como forma de se obter visibilidade. Em *El género del Multiculturalismo*, a pesquisadora analisa que o sistema de dominação exerce violência simbólica, de maneira a desqualificar, negar, invisibilizar e fragmentar, usando o poder de maneira arbitrária. Poder esse que inferioriza e oprime o outro que destoa do padrão patriarcal historicamente reafirmado. A mulher sempre foi vista como o outro do homem, e, por essa razão, foi fragilizada, lançada ao espaço privado para cuidar da casa e da educação dos filhos. Aos poucos, a mulher conquistou o espaço público, mas é possível afirmar que a luta pela visibilidade profissional, artística e igualdade salarial não são as únicas metas. O outro da mulher emancipada é o próprio feminino que corresponde à mulher negra (que além do sexismo, sofre o preconceito racial), à doméstica, à profissional do sexo, à travesti, à transexual, e todas permanecem ainda vítimas do patriarcado, do sexismo e da violência física e simbólica:

os atributos identificados como feminino são marcados pela inferioridade, mas esses atributos não são propriedade das mulheres. É na apropriação desses atributos por sujeitos sem útero que notamos a força da estrutura de gênero operando na distribuição de níveis diferenciados de humanidade. (BENTO, 2011, p. 87)

Na tentativa de se obter um lugar próprio como indivíduo, Femenías (2013) formula o conceito de autodesignação, que consiste em ressignificar o lugar designado pelo outro hegemônico e ressaltá-lo de maneira a promover a valoração das diferenças, ou seja, reunir uma série de características atribuídas pelo discurso dominante e politizá-los, reafirmando-os positivamente. A estudiosa cita os negros estadunidenses que, na década de 1960, cunharam o lema “Black is beautiful”, ressignificando a diferença inferiorizada em diferença positivamente entendida:

los grupos pertenecientes a las minorías sexuales también reivindicaron su “diferencia” en términos identitarios, como modos de denuncia de los sistemas de opresión y de exclusión que marcaban también a muchas mujeres dentro del movimiento feminista. En consecuencia, ni identidad de género, ni identidad de mujeres, ni la identidad de etnia-cultura se presentaron por sí solas como suficientemente explicativas. Por el contrario, se dió lugar a un feminismo “negro” o “afro”, lesbiano, islâmico, etc., donde el entrecruzamiento de esas identidades iluminó no pocas tensiones y conflictos de lealtades, mostrando el grado de condicionamiento al que las mujeres de las minorías estaban sometidas. (FEMENÍAS, 2013, p. 82)

O espaço artístico e literário também é um meio de se reafirmar uma política do ser e autodesignar-se. “Mulher e Literatura” reassumem constantes relações. Na expressão destacada, Funck (2011, p. 71) reconhece a existência de duas mulheres: “uma, por assim dizer, corporificada e fora da literatura; outra dentro, discursivamente imaginada (ou imaginando, se considerarmos a autoria)”. Hoje em dia, vários acadêmicos estão interessados no resgate da produção literária feminina, que por muito tempo foi ignorada. É curioso notar que muitos escritos ignorados, já resgatados, apresentam qualidade literária, o que corrobora que a razão de tanto tempo de recusa foi o fato de a literatura ter sido institucionalizada como propriedade dos homens de letras por muitos anos.

No contexto latino-americano, das décadas de 1970 e 1980, a literatura se tornou uma ferramenta importante para a voz feminina, foi um meio de conquistar visibilidade, expor e contestar os papéis femininos em sociedade. Também reforçou a voz do colono mestiço, ou seja, além de romper a questão de gênero, também rompeu questões de raça e etnia. A produção literária feminina latino-americana é um dos fatores responsáveis

pelo empoderamento da mulher latina. Aos poucos, o discurso da diferença começa a se deslocar das margens e atingir o centro. Gêneros textuais como diários, receitas, autobiografias, outrora alocados no espaço privado, adentram a esfera pública com grande força política. Corbatta (2002) ressalta que as temáticas são diversificadas, o que revela uma vasta produção que envolvia de poesias a narrativas de forte apelo político.

Dentro de la narrativa, se distingue la escritura autobiográfica, la reescritura literaria de figuras históricas, la narrativa del exilio, la narrativa de testimonio y de la resistencia, la narrativa fantástica y de ciencia-ficción, la narrativa erótica y la narrativa usada como instrumento de inquisición de roles femeninos em transición. (CORBATA, 2002, p. 13)

Temas como autodescoberta, corpo e amadurecimento político estão também presentes no romance *A mulher habitada*, de Gioconda Belli, publicado em 1988. A narrativa está centrada em duas mulheres: Itzá e Lavínia. A história de ambas é costurada através do despertar de uma consciência política do ser. O corpo habitado: a noção do ser para além do corpo. A ficção ilustra os riscos de uma autoafirmação político-ideológica em contextos repressivos, como o que foi instaurado na América Latina da década de 1970.

Duas mulheres. Duas épocas distintas. O jogo narrativo se inicia com a emersão de Itzá, que fora uma guerreira empenhada na luta contra a colonização espanhola. Ela guerreava ao lado de Yarince. Entrou na guerra contra os espanhóis por amor ao companheiro. Não se submetia às obrigações de gênero impostas pela tribo. Foi uma guerreira que recusou a maternidade para não dar mais escravos aos espanhóis. Combateu. Morreu em luta, nas águas. Tláloc, senhor das águas, cedeu-lhe os jardins. Itzá inicia a narrativa emergindo no laranjeiro do quintal de Lavínia. Através do fruto da árvore, que Lavínia ingere no decorrer da narrativa, parte de Itzá também começa a habitar o corpo de Lavínia.

Curioso é notar que há um traço comum entre as duas heroínas e a escritora. As personagens, nativas da fictícia Fáguas, vivem em distintos contextos de opressão, uma na colonização espanhola, outra na ditadura instalada em Fáguas na década de 1970. Itzá é a voz da resistência indígena. Lavínia é uma guerrilheira. Guerrilha e resistência: vida de Gioconda Belli na década de 1970. A escritora militou na guerrilha sandinista que contribuiu para a derrubada do ditador Anastasio Somoza. Ela foi perseguida pela polícia somocista, tendo que se exilar no México e na Costa Rica. Espírito revolucionário presente tanto nas vidas fictícias quanto na vida de Belli.



A protagonista Lavínia é uma jovem de 23 anos que usufrui de um alto nível socioeconômico. Retorna para Fátuas após uma temporada de estudos na Europa, onde se formou em arquitetura. Lavínia é uma personagem que exige especial atenção: ela não recebeu o afeto de seus pais na infância, pois eles estavam muito ocupados em manter as aparências e a vida social. “A tia Inês e o avô tinham sido seu pai e sua mãe. Para seus pais de sangue guardava o estrito afeto biológico” (BELLI, 2000, p. 50). O afastamento da casa dos pais e dos espaços frequentados pelas pessoas de seu nível social, a princípio, é entendido como ato de rebeldia da menina que fumava maconha de vez em quando e gostava de sair para dançar. Porém, ao avançar a leitura, percebe-se que sua discordância com as ideologias da burguesia centro-americana, da qual fazia parte, tem origem nos valores aprendidos com a tia Inês e com seu avô materno.

Mesmo com o forte engajamento político que assume, nos capítulos finais da narrativa, sua principal luta consistia numa luta interna: foi necessário conquistar total emancipação para que desse contorno ao latente espírito transgressor que a habitava. Ademais, ela sempre precisa ser confrontada para assumir posições: o confronto com a triste realidade do povo a fez engajar-se politicamente e o confronto com a solidão a fez perder o medo da morte.

Lavínia é despertada para uma realidade anterior e paralela à sua, reconhecendo que sua história pessoal não terá sentido se não for entrelaçada à história de seu país. Na narrativa, Lavínia simboliza um corpo que percebe a importância do coletivo, da multidão, para manter a liberdade diante de uma força que destrói e ameaça. A jovem atua como contraponto constante às demais personagens femininas do romance, seja a amiga Sara (a boa e submissa esposa), Lucrecia (a oprimida e conformada empregada doméstica), Mercedes (a secretária condenada à solidão por se envolver com um homem casado), Flor (a revolucionária responsável pela inserção de Lavínia no movimento guerrilheiro), além de Itzá (que influi em suas sensações e pensamentos).

Convém ressaltar que a narrativa se compromete com o questionamento das estruturas patriarcais, principalmente no que diz respeito ao machismo, presente tanto no contexto burguês quanto na imagem do personagem Felipe, com quem ela mantém um relacionamento amoroso. Felipe é um dos arquitetos do escritório para o qual ela trabalha. Oriundo de um contexto socioeconômico diferente do dela, Felipe milita contra a ditadura do Grão-General e, embora a tenha envolvido involuntariamente no movimento guerrilheiro, se opõe arduamente à entrada de Lavínia na luta.

Felipe carrega traços de um machismo impregnado em todas as camadas sociais. Prestes a morrer, ele pede para que Lavínia ocupe o lugar dele numa operação que envolvia treze pessoas para invadir a casa do general Vela, braço direito do Grão-General. Ela assume e, momentos antes da grande ação, ao observar as quatro mulheres que também participariam da ação, Lavínia “pensou no que [aquelas mulheres] teriam vivido para chegar a estar ali, sentadas, esperando, em silêncio. Para ela, custou-lhe a morte de Felipe. Felipe teve que morrer para lhe ceder seu lugar. As mulheres entrariam na história por necessidade” (BELLI, 2000, p. 377).

Nesse contexto ficcional, pode-se perceber o forte entrelaçamento entre literatura e realidade: a cultura patriarcal fortemente impregnada nas diversas camadas sociais, resulta na opressão do oprimido sobre o oprimido, do destoamento de vozes que deveriam ser comuns na luta de uma única causa. O outro da multidão que o ser humano carrega materializado no discurso, mesmo que esse outro seja o negativo na pluralidade, fruto de um discurso culturalmente reproduzido em sociedade.

Outra questão muito pertinente na análise da obra é a desconstrução da imagem de um feminino frágil e passivo. O próprio título da obra já aponta para a afirmação de uma política do ser: a aceitação do si como pluralidade que habita um corpo, cuja marca deve ser autodesignada em prol da valorização da pluralidade e das diferenças. Apesar de ter plena consciência das diferenças sexuais e de gênero que envolvem a sociedade, Lavínia, através da influência de Flor, amadurece sua visão sobre a presença das mulheres nos movimentos guerrilheiros:

- No outro dia estava pensando precisamente que homens e mulheres nos especializamos em diferentes capacidades. Nós, por exemplo, temos mais capacidade afetiva. Nisso eles são mais limitados. Precisariam aprender conosco, como nos precisaríamos aprender com eles essa prática mais fluída da autoridade, da responsabilidade. Seria preciso uma troca – Disse Lavínia, por dizer alguma coisa.

- Não sei – disse Flor, pensativa. – Neste momento acho que o que mais cabe é reprimir o “feminino”, tentar competir no terreno deles, com suas armas. Talvez mais adiante, poderemos nos dar ao luxo de reivindicar o valor de nossas qualidades...

- Mas deveríamos ser capazes de “feminizar” o ambiente, principalmente se estamos falando de ambientes duros como a luta... – insistiu Lavínia.

- Para mim o “ambiente da luta”, como você chama, está bastante “feminizado”. Precisamos uns dos outros e, por isso, criamos vínculos afetivos sólidos com os outros... Creio que os nossos homens são sensíveis. É a morte, o perigo, o medo, o que nos obriga a criar defesas..., defesas necessárias. Sem elas, não sei como poderíamos continuar – disse suavemente Flor.

Parecia imersa em si mesma. Suas palavras, pensou Lavínia, eram apenas o delicado contorno da ponta do iceberg flutuando nas águas frias. Lembranças, vivências das quais ela tinha uma amostra, flutuavam em seus olhos, levando-a para longe. (BELLI, 2000, p. 241-242)

Pode-se dizer que Flor é a personagem mais consciente no engajamento proposto na ficção. Ela está além da diferenciação dos papéis de gênero que a protagonista insiste em levantar. Flor reconhece a importância de um coletivo diversificado que não age em prol de questões individuais, mas sim em prol da erradicação das diferenças sociais.

Lavínia é representada como um corpo que se faz múltiplo. Ela converge a multiplicidade de muitas vozes. Por essa lógica, pode-se notar que há uma razão especial para a habitação de Itzá, a mestiça. O processo se revela como uma metáfora que dá voz à latina, à mestiça, à mulher. Também é interessante complexificar a ideia de habitação, tendo em vista que transposta para a atual conjuntura da sexopolítica, evoca a unificação das vozes de uma multidão.

Sinto o sangue de Lavínia e me invade uma plenitude de seiva invernal, de chuva recente. De maneira estranha, é minha criação. Não sou eu. Ela não sou eu que voltou para a vida. Não a possuí como espíritos que assustavam meus antepassados. Não. Mas convivemos no sangue e a linguagem de minha história que também é sua, começou a cantar em suas veias. (BELLI, 2000, p. 142)

Partindo da noção de corpo habitado proposta pelo romance, como despertar de uma consciência política do ser, é possível perguntar quem é o sujeito do corpo? Como esse sujeito se forma? Que políticas regem esse sujeito? Em *Corpos que pesam*, Judith Butler (2001, p. 153) investiga os limites discursivos do sexo, questionando em primeiro lugar se “existe alguma forma de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero”.

Como ponto inicial de discussão, Butler (2001, p. 154) analisa a ideia de diferença sexual, que é discursivamente marcada, tendo-se a categoria “sexo” como ideal regulatório que produz os corpos que governa: “O ‘sexo’ é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo”. Ainda nessa investigação inicial, a pesquisadora atenta para o fato de haver uma constante reiteração das normas regulatórias que materializam o sexo, já que o processo de materialização não é totalmente completo, tendo em vista a inconformidade dos corpos às normas de materialização impostas. Desta forma, as instabilidades desencadeadas por esse processo contestam a força hegemônica da lei regulatória.

Nesse contexto, faz-se necessário compreender o caminho pelo qual a noção de performatividade do gênero se articula com tal concepção de materialização. Butler (2001, p. 154) situa que a performatividade em questão não consiste em um ato deliberado, mas sim uma “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”. Além disso, a materialidade dos corpos é obtida por meio de uma ação performativa das normas regulatórias. Sendo assim, a materialidade do corpo não pode ser desvinculada da materialização da norma regulatória e, como resultado desse efeito de poder, o “sexo” se torna uma das normas pelas quais o indivíduo se torna viável, “é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2001, p. 155).

Os que não são culturalmente viáveis pela norma regulatória estão situados numa zona de abjeção, na qual não gozam do status de sujeito. Porém, argumenta Butler (2001) que habitar essa zona designada pela cultura sob o signo do “inabitável” é importante para que o domínio do sujeito circunscreva sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida, pois a imposição cultural de uma identificação com o caráter normativo do sexo gera um repúdio capaz de produzir o domínio da abjeção, possibilitando a emersão do sujeito e a valência de sua condição abjeta. Desta forma, é pertinente a colocação de um movimento inverso em que se promova a desidentificação com as normas regulatórias como projeto político:

pode ocorrer que tanto a política feminista quanto a política queer sejam mobilizadas precisamente através de práticas que enfatizem a desidentificação com aquelas normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada. Essas desidentificações coletivas podem facilitar uma recontextualização da questão de se saber quais corpos pesam e quais corpos ainda devem emergir como preocupações que possam ter um peso crítico. (BUTLER, 2001, p. 156)

Retomando a ideia da habitação de um corpo, pode-se afirmar, com base nas reflexões de Butler (2001), que o processo de habitar só é possível a partir de um reconhecimento político da subjetividade. O título e o conteúdo do romance de Belli são bastante elucidativos para a questão: quem é o sujeito que habita o corpo? Em resposta, é possível afirmar que o sujeito que habita o corpo é o sujeito que empodera sua voz. A mulher habitada é uma metáfora das muitas vozes que compõem uma multidão que habita o corpo.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação próstética

dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*. O corpo da multidão *queer*. (PRECIADO, 2011, p.14)

Em 2009, foi apresentado em Córdoba (e depois seguiu viagem pela América Latina) o espetáculo *Carnes Tolendas: Retrato éscenico de un travesti*, fruto de um trabalho de conclusão de curso de licenciatura em teatro da própria diretora, María Palacios.

Através da estética do biodrama, María Palacios nos apresenta a carga poética do teatro de Federico García Lorca permeada pelos relatos da atriz Camila Sousa Villada, que estrela a peça. A obra consiste na performance de um corpo que transita pelos binarismos em busca de uma identidade. Tanto os personagens de Lorca quanto os relatos de Camila são veiculados pelo corpo da atriz, de modo a afirmar a importância dessa cena autobiográfica que, ao ficcionalizar a história de Camila, exalta sua voz como indivíduo oprimido, tornando visível a política que habita o seu corpo.

En este juego intertextual entre la vida de Camila y fragmentos de parlamentos de Bernarda Alba, Camila desarrolló un juego de ausencia y presencia de su propia persona; de ficción y realidad donde ella está y no está al mismo tiempo. A partir de la corporidad de Camila, la trama de la presentación / representación se hizo visible. Sin intermediarios más que los personajes que ella misma personificó, se constituyó Camila como objeto y sujeto. En este sentido, *Carnes tolendas* mostro el proceso de construcción de la identidad travesti de la performer. Los fragmentos de vida de Camila, tal patchwork posmoderno adquirieron totalidad a partir de la (re)presentación escénica. Y, aunque fragmentaria la sintaxis del texto dramático, la representación se percibió como un todo homogéneo. *Carnes tolendas* creó un mundo cerrado y autónomo, el mundo ficcional de Camila Sousa Villada. (BEVACQUA, 2013, p. 4)

Ao som de um tango tocado por um acordeão, Camila entra em cena vestindo roupas neutras. Ela não usa maquiagem e os cabelos estão presos. Não há indícios de haver um travesti em cena, mas sim um corpo que justifica em que aspectos o tango tocado fala por ele. A identidade de gênero dos personagens que o corpo interpreta é denunciada pela voz que, propositalmente, transita do grave ao agudo. Camila nos apresenta o testemunho de um corpo habitado pelo masculino e pelo feminino. Seus relatos sobre exclusão, preconceito, prejuízos emocionais, solidão, infertilidade são compartilhados numa entrega da atriz para si mesma. Relatos permeados pelo “deve

ser” do discurso opressor, relatos que autodesignam seu corpo como corpo morto, o qual não se permite mais a submissão ao binarismo de gênero imposto culturalmente, validando o do fim do gênero, como Chanter anuncia:

Me llamo Camila, hace once años que soy travesti. Once años que me sirvieron para comprender que nunca seré una mujer y nunca volveré a ser un hombre. Usurpé el cuerpo del hombre que fui para ir matándolo poco a poco y poder borrar en él todo rastro de masculinidad. Una vez que lo maté, a ese cuerpo yo le di un nombre: Camila. Camila habita un cuerpo muerto, vaciado, poseído por ella. No sabría decirles por qué elegí este camino [...] Esto de nacer hombre y vestirse como mujer, esto que es tan anormal y tan aberrante para tanta gente, es tan antiguo y practicado por todo el mundo, ¿no? [...] Nunca seremos mujeres, y volver a ser hombres es una posibilidad vergonzosa que se rechaza de antemano. Debemos las travestis aprender a convivir con esta realidad ingrata o, de lo contrario, podremos caer en la locura. Somos hombres vistiendo como mujeres. Eso de que hay un hombre atrapado en el cuerpo de una mujer, o una mujer atrapada en el cuerpo de un hombre, eso es mentira. En el cuerpo de un travesti habita lo femenino y lo masculino, y se lo voy a discutir a cualquiera. Habita lo ondulante, lo curvo, lo suave, la caída de una sábana, el quiebre de una rodilla, la curva de una cadera; y habita también lo duro, lo recto, el edificio, el ladrillo, el golpe. (Transcrição de uma fala da encenação feita por BEVACQUA, 2013, p. 5)

Na peça, a diretora María Palacios afirma que um travesti é um ser inominado, negado pela família, pela política, pelos empregadores. Em cena, Camila relata sua história como uma forma de resistência, ela autodesigna sua diferença, valorizando-a, expondo a sua formação subjetiva de maneira corajosa e apaixonada.

No final do espetáculo, a nudez tem especial importância, pois simboliza a afirmação de um corpo contado por meio dos gestos, das palavras, das músicas, da voz, do movimento. Um corpo-outro, narrado pela “maestra de engaño”, que visibiliza a voz política que o habita, fortalecendo a luta dos oprimidos contra as estruturas patriarcais:

Se as multidões *queer* são pós-feministas não é porque desejam ou podem atuar sem o feminismo. Pelo contrário, elas são o resultado de um confronto reflexivo do feminismo com as diferenças que o feminismo apagou em proveito de um sujeito político ‘mulher’ hegemônico e heterocêntrico. (PRECIADO, 2011, p.17)

### **Considerações Finais:**

O corpo foi o ponto de partida para a proposição de uma política do ser, pois através dele, foi possível traçar alguns pontos que evidenciam que o ser humano é

pluralizado. Assim, faz-se necessário apontar para a potência política que os corpos carregam, principalmente, os corpos-outra que atuam como contraponto aos corpos materializados pelo “sexo”, ideal regulatório que é, segundo Preciado (2011), correlato ao capital.

O movimento feminista foi de fundamental importância para chegarmos às reflexões atuais, mas ainda há muito que se avançar no combate à normalização das identidades sexuais que atuam como agentes de controle da vida. As identidades, por serem estratégicas, quando legitimadas pelo corpo, visibilizam e empoderam a voz dos ser que o habita.

Desta maneira, mais do que retomar questões que envolvam o que é ser (FUNCK, 2011) e quem tem direito de falar em nome de uma coletividade (BENTO, 2011), ressaltando a fluidez das identidades, é fundamental atentar para a “multidão” (PRECIADO, 2011) que habita o ser, de maneira a dar coerência ao campo das disputas políticas.

Não só a academia, mas os currículos escolares precisam ser repensados com a finalidade de tornar visível a marca da diferença autodesignada quando tais questões são refletidas. Ora, a inserção das discussões acerca da literatura feminina e da literatura *queer* é um passo para a contestação do padrão canônico masculino imposto e preservado, pois cabe à Literatura, enquanto expressão artística, levantar e tornar visível o debate, dando-lhe corpo e permitindo que ele componha outras multidões.

## Referências

BELLI, Gioconda. **A mulher habitada**. Tradução Enrique Boero Baby. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2000.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: Leandro Colling, Djalma Thurler. (Org.). **Stonewall 40+ o quê?**. Salvador: UFBA, 2011, v. único, p. 79-110. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)> Acesso: 29 out. 2013.

BEVACQUA, Guillermina. Carnes tolendas: Retrato de un travesti en el Centro Cultural Rojas. **La revista del CCC**, [en línea], n° 19, p. 1-10, set.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.centrocultural.coop/revista/articulo/448/>>. Acesso: 18 ago. 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. IN: LOURO, Guacira L.(org.), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Carseléia Gracioli. Lavinia/ Itzá: la simbiosis de la mujer habitada. *Revista electrónica de los Hispanistas de Brasil*, vol. IX, n. 34, p. 1-8, jul.-set. 2008. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/263.pdf>>. Acesso: 30 jul. 2015.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chaves em filosofia**. Trad. de Figueira, Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORBATA, Jorgelina. **Feminismo y escritura femenina en Latinoamérica**. Buenos Aires: Corregidor, 2002.

DAHÁS, Nashla. Judith Butler: Existe um único conceito de identidade feminina? Não tenho certeza. *Revista de História.com.br*, n. 113, p. 1, fev. 2015. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/judith-butler>>. Acesso: 23 jul. 2015.

FEMENÍAS, María Luisa. **El género del multiculturalismo**. Bernal/Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

FUNCK, Susana Bornéo. O que é uma mulher? *Revista Cerrados*, n. 31, ano 20, p. 65-74, 2011.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Femininos*, vol. 19, n. 1, p. 11-20, jan.-abril 2022. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 01 jul. 2015.